



ISSN:2763-5716

POLIGESRevista de Políticas Públicas e
Gestão Educacional

ITAPETINGA,

2026

FORMAÇÃO CONTINUADA NA EPJAI EM CAXIAS-MA: FAGULHAS ENTRE OBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA PEDAGÓGICA

CONTINUING EDUCATION AT EPJAI IN CAXIAS-MA: SPARKS BETWEEN
OBEDIENCE AND PEDAGOGICAL RESISTANCE

FORMACIÓN CONTINUA EN EPJAI EN CAXIAS-MA: CHISPAS ENTRE LA
OBEDIENCIA Y LA RESISTENCIA PEDAGÓGICA

Oséias Lima da Silva

<https://orcid.org/0000-0003-1117-4236>

Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA) - Maranhão - Brasil

Edinólia Lima Portela

<https://orcid.org/0000-0001-9678-322X>

Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA) - Maranhão - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19569

Resumo: este artigo é parte dos resultados de nossa pesquisa de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vinculada ao Grupo de Pesquisa “Escola, Currículo e Formação Docente”. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada no município de Caxias-MA. A discussão aqui realizada sobre a obediência e a resistência são categorias reveladas em uma pesquisa maior, em que investigamos o processo de formação continuada ofertado para as alfabetizadoras da modalidade da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI). A pesquisa foi realizada em oito escolas da rede municipal de Caxias, sendo sete na zona urbana e uma na zona rural. Contamos com a colaboração de 12 alfabetizadoras, desse quantitativo, apenas duas são efetivas. Utilizamos como instrumental de pesquisa a entrevista semiestruturada e o questionário, sendo o último utilizado para estabelecer o perfil dos sujeitos. Para tanto, nos apoiamos em estudiosos como Chauí (1986), Freire (1987; 2001; 2013), Oliveira (2004), Ramalho, Nuñez e Gauthier (2003), Vieira (2002), dentre outros/as. Os resultados nos revelam que, em meio a um cenário de controle e opressão no processo de formação continuada, assim como à perspectiva de formação hegemônica expressa nos documentos e na materialidade das formações continuadas, existem alfabetizadoras que resistem às determinações do sistema municipal de educação e tentam caminhar pela perspectiva de alfabetização emancipadora e crítica.

Palavras-chave: Alfabetizadoras EPJAI. Formação continuada. Obediência e resistência.

Abstract: this article presents findings from our Master’s research conducted within the Graduate Program in Education (PPGE) at the Universidade Federal do Maranhão (UFMA),

affiliated with the “School, Curriculum, and Teacher Education” Research Group. This qualitative study was carried out in the municipality of Caxias-MA. The discussion presented here focuses on obedience and resistance as categories that emerged from a broader investigation into the continuing education process offered to literacy teachers working in Youth, Adult, and Elderly Education (EPJAI). The research was conducted in eight schools within the municipal education system of Caxias seven located in urban areas and one in a rural area. Twelve literacy teachers participated in the study, only two of whom held permanent teaching positions. Data were collected through semi-structured interviews and questionnaires; the latter being used to establish participants’ profiles. The analysis was informed by the works of Chauí (1986), Freire (1987, 2001, 2013), Oliveira (2004), Ramalho, Nuñez, and Gauthier (2003), and Vieira (2002), among others. The findings reveal that, despite a context marked by control and oppression within the continuing education process, and in the face of a hegemonic training perspective reflected both in official documents and in its implementation in practice, some literacy teachers resist the mandates imposed by the municipal education system and seek to develop an emancipatory and critical approach to literacy education.

Keywords: Literacy teachers EPJAI. Continuing education. Pedagogical obedience and resistance.

Resumen: este artículo forma parte de los resultados de nuestra investigación de maestría realizada en el Programa de Posgrado en Educación (PPGE) de la Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vinculada al Grupo de Investigación “Escuela, Currículo y Formación Docente”. Se trata de un estudio de enfoque cualitativo llevado a cabo en el municipio de Caxias, estado de Maranhão, Brasil. La obediencia y la resistencia, analizadas en este artículo, constituyen categorías que emergieron de una investigación más amplia sobre el proceso de formación continua ofrecido a docentes alfabetizadores que trabajan en la modalidad de Educación de Personas Jóvenes, Adultas y Mayores (EPJAI). La investigación se desarrolló en ocho escuelas de la red municipal de enseñanza de Caxias, siete ubicadas en zonas urbanas y una en zona rural. Participaron doce docentes alfabetizadores, de los cuales solo dos ocupaban cargos permanentes. Como instrumentos de recolección de datos se utilizaron entrevistas semiestructuradas y cuestionarios, estos últimos destinados a caracterizar el perfil de los participantes. El análisis se fundamentó en las contribuciones de Chauí (1986), Freire (1987; 2001; 2013), Oliveira (2004), Ramalho, Nuñez y Gauthier (2003), Vieira (2002), entre otros autores. Los resultados revelan que, en medio de un contexto marcado por el control y la opresión en los procesos de formación continua, así como por una perspectiva hegemónica de capacitación presente tanto en los documentos oficiales como en su implementación práctica, existen docentes alfabetizadores que resisten las determinaciones del sistema educativo municipal y procuran avanzar hacia una perspectiva de alfabetización crítica y emancipadora.

Palabras clave: Profesorado de alfabetización, Formación Continua, Obediencia y resistencia pedagógica.

Acendendo o diálogo

Este estudo é parte dos resultados de nossa pesquisa de Mestrado vinculada ao grupo de pesquisa “Escola, Currículo e Formação Docente” do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em

que discutimos a formação continuada de alfabetizadoras¹ na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI).

A aproximação com o objeto de estudo se deu a partir da nossa vivência, pois parte da nossa infância foi no quilombo Assuviante, zona rural do município de Matões, no interior do estado do Maranhão, uma região empobrecida, distante dos centros urbanos e muito esquecida pelo poder público. As relações nesse universo com familiares e amigos/as que ainda não foram alfabetizados/as despertaram inquietações acerca do modo como essas pessoas viviam, sem acesso aos bens socialmente produzidos, inclusive a educação.

Nossa educação básica ocorreu em uma escola arranjada em um espaço de “salão de festa”, uma grande casa coberta com palhas de babaçu e paredes feitas com estacas e salas com divisórias de compensado. Foram muitos anos sem lanche, livros, com professoras não licenciadas que não tinham acompanhamento pedagógicos e que, portanto, seguiam obedientemente o que era determinado pela instituição responsável pela escola e pelas convenções daquele contexto – uma instrução mecânica e obediente sobre os códigos de leitura, escrita e contar.

Os estudos de mestrado nos fizeram aprofundar na compreensão de que, para além do domínio dos códigos de leitura e escrita, a alfabetização, e mesmo toda educação formal, pode e deve contribuir para que os/as educandos/as, sobretudo as pessoas jovens, adultas e idosas, possam se enxergar como sujeitos da sua própria história e, por isso mesmo, quem ocupa o lugar de alfabetizar esses homens e mulheres precisa de formação que caminhe por essa perspectiva.

Em Caxias-MA, como em outros municípios do Maranhão a formação inicial, embora muito importante, não dá conta de todo processo educativo, sobretudo para os/as professores/as da EPJAI, tendo em vista as especificidades desse público que, diferentemente das crianças e adolescentes, possui mais tempo de vida e, portanto, mais experiência. Esse entendimento parte do fato de que, na perspectiva de Paulo Freire, na educação/alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, a aprendizagem é levada em consideração antes do ensino, assim sendo, a formação

¹ Utilizamos o termo alfabetizadoras por reconhecermos e respeitarmos a presença majoritária das alfabetizadoras presentes na pesquisa, sem esquecer, é claro, das contribuições e da presença do único alfabetizador também entrevistado.

continuada que caminhe por essa lógica se torna *conditio sine qua non* para o desenvolvimento do trabalho das alfabetizadoras.

Assim sendo, questionamos: qual a lógica que permeia o processo de formação continuada em serviço das alfabetizadoras da EPJAI do município de Caxias-Ma? Essa questão considerou, antes de tudo, que Caxias se localiza em um dos estados de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do nordeste brasileiro, com altos índices de analfabetismo, pois, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), cerca de 820 mil pessoas no estado não foram alfabetizadas na infância ou têm trajetórias escolares interrompidas, representando 15,6% da população.

Obviamente, que a educação, um dos bens sociais mais significativos para a elevação dos índices de IDH, também é atingida pelas correlações de forças que insistem em manter a hegemonia do domínio econômico, em detrimento da cidadania da classe trabalhadora, o que se evidencia pela via das formações encomendadas. Dessa constatação, emerge, complementarmente, outra questão: qual o movimento que as alfabetizadoras do EPJAI do município de Caxias-MA fazem no sentido de obedecer ou resistir/transgredir essa lógica?

A pesquisa foi realizada com 12 alfabetizadoras EPJAI em oito escolas do sistema educativo de Caxias, com a utilização de entrevista e questionário, sendo o último para estabelecer o perfil das alfabetizadoras, caminhamos pela abordagem de pesquisa qualitativa nos apoiando especialmente em: Lüdke e André (2014), Severino (2007), Bardin (2016), para fundamentar as categorias obediência, resistência e formação continuada nos apoiamos em estudiosos como: Freire (1987; 2001; 2013), Oliveira (2004), Ramalho, Nuñez e Gauthier (2003), Vieira (2002) e dentre outros/as autores/as.

Onde há fagulhas há fogo?

A cidade de Caxias está situada ao leste do estado do Maranhão, possui um amplo repertório arquitetônico, histórico e cultural, entretanto, apresenta um alto índice de pessoas jovens, adultas e idosas que não foram alfabetizadas na infância ou que possuem trajetórias escolares descontinuadas. Segundo o IBGE, no ano de 2022, cerca de 17,5% de sua população ainda não era alfabetizada, o que revela um quantitativo

muito significativo de pessoas com idade para estudar na EPEJAI, analfabetas e/ou com trajetórias escolares descontínuas, em suma, fora da educação formal.

Essa problemática requer medidas urgentes do poder municipal, não somente no sentido de ofertar a modalidade EPJAI, mas também de promover articulações pedagógicas para que esses/as educandos/as permaneçam na escola e se sintam pertencentes ao espaço escolar. E essa dinâmica de permanência e pertencimento também perpassa pela formação das alfabetizadoras, nomeadamente pela formação continuada, contínua e em serviço.

Nesta perspectiva, ao situarmos a pesquisa, e traçarmos o perfil das alfabetizadoras, capturamos o seguinte: a idade das alfabetizadoras varia entre 21 e 61 anos; apenas duas delas possuem trabalho formal assegurado junto ao sistema e são, portanto, efetivadas; as outras 10 possuem vínculo de trabalho incerto, tendo em vista que são contratadas por tempo determinado; das 12, apenas uma não possui graduação; e 10 possuem especialização. No que se refere às formações em EPJAI, apenas duas possuem formação específica para modalidade e experiências anteriores com EPJAI, inclusive e, não por acaso, as únicas que possuem vínculo efetivo.

Para além das respostas aos instrumentais de pesquisa, o contato com as alfabetizadoras nos fez perceber suas lutas e desafios diários, não somente para desenvolverem o trabalho, mas, sobretudo, o desafio de sobrevivência, tendo em vista que muitas têm mantido um frágil vínculo de trabalho com o município e que, por isso, para sobreviverem, precisam complementar a renda com outras atividades, por vezes fora do campo educacional e que, portanto, contribui para que tenham uma vida sofrida.

Mas, a despeito das intempéries por que passam essas alfabetizadoras, elas são seres de cognição e criatividade, possuem um corpo inteligente e interdependente, interagem e agem sob a natureza de acordo com o espaço e as oportunidades que lhes são oferecidas pelas circunstâncias históricas (Portela, 2020). Na esteira dessa lógica, inclinamo-nos em saber até onde ia a obediência e a resistência delas no que concerne à materialização do processo de formação continuada que recebiam/recebem do sistema educacional de Caxias.

Esse interesse decorre do fato de que essas alfabetizadoras, como outras inúmeras do nosso estado, convivem igualmente com os seus/as educandos/as em

meio a uma realidade hostil, pois, como mencionamos, segundo o IBGE (2022), nosso estado ocupa o 4º lugar no *ranking* de pessoas sem domínio de leitura e que ainda não foram alfabetizadas na região Nordeste, com 15,5% de pessoas acima de 15 anos que não conseguem ler ou escrever com propriedade. Esse quantitativo chega a quase 800 mil indivíduos que, como as alfabetizadoras, sofrem com má qualidade de vida, desemprego, trabalho informal e preconceito da sociedade, um território de disputas, em que o movimento hegemônico, sempre muito articulado, tenta imprimir suas vontades em todos os setores da sociedade, sobretudo no campo educacional.

Para Chauí (1986), a hegemonia faz parte da cultura brasileira, não por ser um sistema, mas por se constituir como um conjunto de experiências, relações de opressão e de atividades cujos limites já estão determinados. Entretanto, por ir além de uma ideologia, a hegemonia consegue controlar e fazer grandes transformações sociais, principalmente, no campo educacional, impossibilitando que as camadas empobrecidas tenham acesso a uma educação com qualidade social. Nesse sentido, a formação continuada de professores/as, especialmente de alfabetizadoras de EPJAI, é um campo aberto para tais manipulações, servindo, muitas vezes, para a imposição de burocracias e controle curricular.

Ademais, isso ocorre porque a modalidade EPJAI concentra um público de trabalhadores/as que sofre com a flexibilização do trabalho, desde a década de 1990, a partir da reestruturação produtiva, que reconfigurou a teoria do capital humano exigindo um sujeito mais adaptável à sociedade e com conhecimento técnico e pouco, ou nenhum, conhecimento crítico. Esse movimento tenta alcançar o controle ideológico e pedagógico para ofertar uma educação que se alinha às demandas do mercado privado, formando os/os educandos/as apenas para empregabilidade e se distanciando de uma proposta educativa que os/as torne críticos/as.

Em nosso estado, a exemplo de Caxias, contexto que nos gera ainda mais alerta, pois muitos direitos básicos são violados, o que afeta a sobrevivência, o trabalho das alfabetizadoras, bem como o processo de formação continuada que recebem do sistema de ensino municipal. Saber, então, como isso ocorre nessa realidade hostil se constitui o alvo da próxima seção deste estudo.

Cinzas são fogo?

As Formações continuadas para as alfabetizadoras da EPJAI de Caxias acontecem mensalmente, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia (SEMETC), por meio de programas e formadores/as da própria rede de ensino. A lógica teórico-metodológica que sustenta o arcabouço da proposta de formação continuada do município, se integra ao movimento hegemônico de formação que se alinha à ideologia economicamente hegemônica, que se afirma a partir de 1990, bem como, a conferência de educação para todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia² no mesmo ano.

Essa constatação leva em conta a Proposta de Formação para essas alfabetizadoras que, embora apresente referência em estudiosos como Paulo Freire, ao apurarmos nosso olhar, percebemos uma desconexão com o ideário que forja e direciona a condução da proposta a um outro ideário. O “como fazer” exerce uma relevância em detrimento da “reflexão” acerca das concepções de educação, de alfabetização e de formação, assemelhando-se, por vezes, a um passo a passo que beira um receituário.

Isso que acontece em Caxias, reflete o pensamento hegemônico capitaneado pelo neoliberalismo, além de fragilizar o papel do Estado em suas obrigações com o cidadão, demonstra o quanto atingiu enormemente a educação, da qual se apropriou para renovar a teoria do capital humano, retroceder à década de 1970 com neotecnicismo na educação. Assim, a formação continuada para as alfabetizadoras de EPJAI de Caxias segue oficialmente em uma lógica conservadora, escamoteada em suas normativas pelas referências de estudiosos que defendem uma educação/formação emancipadora, mas, na execução, a perspectiva é outra.

Essa realidade agrava-se com a reestruturação do mundo do trabalho, mexeu de perto com os vínculos trabalhistas da classe trabalhadora, mudou gestões, precarizou e aumentou as exigências, o que também afetou, no caso desse estudo, o

² A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, representou um importante marco para a educação em nível global. O encontro reuniu governos, organismos internacionais e especialistas em torno da defesa do acesso universal à educação básica, reafirmando a educação como um direito de todos e uma condição fundamental para o desenvolvimento humano e social.

vínculo das alfabetizadoras participantes da pesquisa, tendo em vista que elas percebem mensalmente abaixo do valor estipulado para o piso salarial³.

Fagulhas de resistência X obediência pedagógica

As alfabetizadoras participantes da pesquisa, como já mencionado na introdução desse artigo, são marcadas por processos de relações de forças econômicas, sociais, epistemológicas e culturais, pelas circunstâncias históricas previsíveis e, imprevisíveis, que interferem diretamente sobre suas incompletudes teóricas eivadas pela necessidade de sobrevivência digna, em uma sociedade tão perversa e brutal para com quem trabalha com educação, principalmente com alfabetização de EPJAI (Portela, 2020). Esse cenário influencia, e por vezes determina, os “jeitos” de ensinar das alfabetizadoras, bem como a forma como percebem as Formações continuadas.

Cumpramos mencionarmos que 10 alfabetizadoras possuem contrato por tempo determinado e recebem salário abaixo do que determina o piso do magistério, além do mencionado essas mulheres não têm direito a férias remuneradas, não recebem verbas indenizatórias e trabalham apenas 10 meses por ano. Esse é o retrato das forças que gravitam para precarizar a educação pública em Caxias e, em se tratando da EPJAI, o descaso é maior ainda, há uma grande escassez de concursos e estes, quando ocorrem, não contemplam essa modalidade.

Aliado a essa questão, existe um descaso da administração superior, bem como da gestão das escolas, no que se refere ao compromisso em manter a EPJAI, pois as salas de aula são fechadas gradativamente a cada ano e quando funcionam se localizam em espaços insalubres, com pouca iluminação e longe da parte central da escola, onde funcionam a direção e a secretaria. É como se fossem um apêndice e não parte da estrutura como um todo.

Outros fatores agravantes são as decisões de lotação das professoras/alfabetizadoras nas escolas, uma vez que são determinadas pela

³ As profissionais trabalham 30h semanais e recebem abaixo do piso do magistério, aprovado em 2008 por meio da Lei 11.738/2008, com cálculo de reajuste alterado recentemente por intermédio da Medida Provisória nº 1.334/2026. O valor do piso hoje é de apenas R\$ 5.130,63 para profissionais que trabalham 40 horas semanais, mas, em Caxias-MA, os/as alfabetizadores(as) trabalham 30h e recebem menos de R\$ 2.000,00 reais.

preferência de apoio aos candidatos da situação em eleições e o acompanhamento pedagógico, que se resume a visitas pontuais de técnicos do sistema às escolas para verificar questões burocráticas de avaliações, preenchimento de diários e situações de conflito. Isso inclui as formações continuadas que acontecem mensalmente de forma pontual, caminhando pela perspectiva mecânica que supervaloriza técnicas de alfabetização em detrimento de metodologias do diálogo, da visão crítica da realidade em que tanto os/as educandos/as e como as alfabetizadoras estão inseridos.

Nesses moldes, não se permite que as alfabetizadoras fujam do que está prescrito, o que embota a criatividade e impede-lhes a autonomia pedagógica, encaminhando-as para a *Obediência* do que está posto, o que é fortalecido pelas condições frágeis de trabalho. Muitas delas sequer alcançaram a complexidade que envolve o processo de ser alfabetizadora da EPJAI, a desarticulação das diretrizes emanadas do sistema com a realidade dos/as educandos/as e com as suas próprias, e que a modalidade é um reduto formal do sistema de ensino para o qual se encaminham os excluídos, inclusive elas próprias.

O depoimento da alfabetizadora que nominamos de PALMEIRA BABAÇU⁴ ilustra o que mencionamos sobre a obediência, quando ela se refere ao documento/proposta que serve como base nas formações:

A gente trabalha seguindo a proposta da Secretaria. O que é apresentado nas formações serve como base para o nosso planejamento e para as atividades que a gente faz com os alunos. Então, a gente procura seguir e colocar em prática as orientações que recebemos nas formações pelos técnicos” (**PALMEIRA BABAÇU**, contratada, com 2 anos de docência).

Babaçu expressa a sua doce obediência ao pacote domesticador que advém das normativas e da materialidade do processo de formação continuada, confirmando como certeza a aplicação na prática de tudo o que está prescrito, sem considerar a realidade, as vivências e as aprendizagens que os/as educandos/as da EPJAI possuem e que carregam em si, para todos os espaços.

Como podemos observar, sua obediência a impede de cogitar que também é partícipe da mesma realidade opressora dos/as educandos/as, na medida em que não

⁴ Para valorizar a flora maranhense e caxiense, optamos por nos referir às alfabetizadoras a partir de nomes de palmeiras presentes no ecossistema do Maranhão, buscando reconhecer, simbolicamente, a força, a resistência e a importância dessas mulheres na constituição dos processos educativos da EPJAI.

se reconhece como alfabetizadora com o seu frágil e tênue vínculo de trabalho. Corroborando o que diz babaçu, outra alfabetizadora assim se posicionou: “[...] os encontros de formação continuada oferecidos pela secretaria são reforçados quando a organização dessa proposta na escola é acompanhada por 1 técnico” (**CARNAÚBA**, contratada, com 5 anos de docência),

De modo unânime, os depoimentos das alfabetizadoras ressaltam que as formações têm impactado as metodologias que elas desenvolvem junto aos/os educandos/as, transferindo as orientações do plano prescrito, dos documentos, para a materialidade da escola, sob a supervisão de um técnico. Acerca disso, notamos que a presença desse profissional na escola tem a função de garantir a objetivação do que foi passado nas Formações Continuadas que ocorrem mensalmente.

A partir dessa situação questionamos: caso ocorra algum imprevisto na escola, em sala de aula, com os/as educandos/as, como resolver? Teriam as alfabetizadoras, ou mesmo o técnico, compreensão para alcançar e resolver questões que extrapolam o que está prescrito no modelo do sistema? Essas e outras questões ficaram sem respostas em nossa pesquisa. O fato é que as Formações continuadas em Caxias-MA se expressam como uma expansão do controle docente. Assim, as formações acabam se concentrando na busca por metas de avaliações em larga escala, o que pode trazer prejuízos significativos para o processo educativo que caminha pela lógica dialógica.

Esses e outros depoimentos, bem como nossas observações e debruçamento sobre as normativas que tratam da Formação Continuada no município, levaram-nos, mais uma vez, a deduzir que, no município de Caxias-MA, há uma tentativa evidente de domesticação das alfabetizadoras, na medida em que as orientações da secretaria de educação tentam ajustar as práticas das alfabetizadoras por meio da materialidade das formações continuadas e em serviço a um padrão previamente estabelecido, mitigando a capacidade criadora e crítica das profissionais.

A obediência a isso pode ser explicada se consideramos o frágil vínculo de trabalho que as alfabetizadoras têm, o que pode, sim, proporcionar-lhes dilemas internos sobre obedecer ou não às determinações emanadas da secretaria de educação pela via da Formação Continuada, pois, em municípios de pequeno porte como Caxias-MA, a comunidade escolar é toda conhecida, as intenções, ideologias e votos são todos observados pelo “olho do poder”, havendo, inclusive, quem possa

denunciá-las a qualquer momento a despeito de descumprimento de ordens, ainda mais quando a alfabetizadora não dispõe de conhecimento teórico para argumentar a seu favor.

Esse cenário de flexibilização e precarização docente contribui, fortemente, para a obediência da maioria dos profissionais da educação. Conforme retratado por Oliveira (2004), trata-se de um fenômeno que vem se estruturando na capacidade de os/as professores/as se tornarem mais adaptáveis a novos ambientes de trabalho, fato esse que fomenta a exploração e vulnerabilização do trabalho docente. Nesse sentido, o contexto em que as alfabetizadoras trabalham pode ser compreendido também pela ótica do toyotismo, quando são estimuladas a serem polivalentes, e que, portanto, possuem capacidade de trabalhar em várias frentes, o que pode ser compreendido como *just-in-time*, quando precisam bater as metas que são estipuladas pelo sistema no cumprimento das avaliações de larga escala. Isso se mostrou mais perverso no universo do trabalho das alfabetizadoras contratadas.

Quanto aos contratos temporários, situação de 10 das alfabetizadoras, Araújo e Jann (2018) consideram que são vínculos trabalhistas precarizados, mediante os quais a relação entre professor/escola/educação se torna fragilizada, pois situam o professor numa readaptação constante no trabalho, justificada pela conjuntura que se apresenta no contexto econômico capitalista em que vivemos. Isso revela um cenário de desvalorização, supressão de direitos e economia para os cofres públicos, pautado pelas políticas neoliberais dos últimos 30 anos. Todo esse cenário contribui para a passividade e a obediência docente.

Corroborando essa precarização, a proposta de Alfabetização da EPJAI de Caxias supervaloriza aspectos operacionais do processo, afastando-se da perspectiva que estimula o desenvolvimento da criticidade nas pessoas e as encaminha para se reconhecerem como cidadãos. Esse caráter de obediência é muito requerido pelo movimento opressor, haja vista que o foco do sistema é tornar mais viável a manipulação e o controle dos indivíduos (Freire, 1987).

Seguindo essa compreensão, a matriz freiriana anuncia que a passividade é uma característica comum dos/as oprimidos/as (Freire, 1987). Paralelo ao contexto de atuação das alfabetizadoras, que possuem uma relação de contratos temporários com a prefeitura, refletimos que essa obediência não se dá apenas pela consciência

prescrita, pois muitas das interlocutoras entendem que essa conjuntura de trabalho se fundamenta num modelo hegemônico de formação e educação.

Logo, motivadas pela necessidade de sobrevivência, elas obedecem, tendo em vista os altos índices de desemprego no município, pois muitas são arrimos de família, trabalham em dois ou até mesmo três empregos, alguns fora do âmbito da educação e em outras cidades. Todos esses fatores concorrem para que essas profissionais assumam uma postura de obediência, mas isso não significa que não entendam as forças que gravitam para domesticação pedagógica.

Acrescentamos, ainda, que as alfabetizadoras evidenciam a presença da secretaria de educação nas escolas e o constante acompanhamento do fazer de suas práticas como alfabetizadoras, sempre exigindo e reforçando a necessidade de uma alfabetização que se configura como mecânica e instrumental. Esse controle pedagógico é muito comum nos modelos neoliberalizantes, em cuja arqueologia, as alfabetizadoras são apenas executoras dos conteúdos, perspectiva ancorada na vertente do racionalismo técnico em que a formação se distancia do objeto de profissão, da escola e dos contextos que a penetram.

Esse modelo hegemônico fundamenta-se em ações que visam fazer com que as alfabetizadoras apenas reproduzam os materiais que são organizados por especialistas da área e que se mantenham na posição subalterna da pirâmide de hierarquia sistêmica, conservando, desta forma, a segregação docente, na medida em que exclui essas alfabetizadoras do processo do desenvolvimento de sua profissão (Ramalho; Nuñez; Gauthier, 2003).

Desse modo, a partir das asserções das interlocutoras, notamos as intencionalidades das formações continuadas ofertadas. O termo freiriano “dialógico” é tomado no contexto da documentação orientadora das formações de forma distorcida, em nosso entender, com o propósito de atenuar o controle exercido pela secretaria de educação acerca dos modos e “jeitos” de trabalhar das alfabetizadoras, o que de certa forma, só em mencionar Paulo Freire no decorrer de uma formação já se cria o arquétipo e/ou a sensação de que se está no caminho da alfabetização que agrega os elementos que concorrem para a emancipação, deste modo as alfabetizadoras podem pensar que enquanto educam são também educadas pelo educando e/ou pelo processo de alfabetização” (Freire; 1988). O posicionamento a seguir ilustra o que mencionamos:

[...] as formações “contemplam visto que são voltadas para o meu nível de ensino. Ela contempla justamente sobre minha prática no aspecto metodológico. Com base nessas formações aprendo quais metodologias usar” (**MACAÚBA**, contratada, com 8 anos de docência).

O depoimento da alfabetizadora discorre sobre a ajuda que os encontros das formações continuadas favorecem à sua prática, o que certamente lhe dá autonomia sobre o seu processo de trabalho. Todavia entendemos que o domínio sobre a técnica do processo de trabalho é importante e necessário, contudo, formações destinadas à alfabetizadoras que trabalham para a classe trabalhadora e na EPJAI não podem se restringir apenas ao ensino de métodos, é necessário que se inter-relacionem com outros elementos, a exemplo de acontecimentos atuais, do contexto social e econômico, o posicionamento político, as demandas específicas das alfabetizadoras e outros que concorram para a construção da cidadania dos/as alfabetizados/as.

É importante ressaltarmos que esses elementos a que nos referimos são fundamentais para orientar e potencializar o desenvolvimento dos “jeitos” das alfabetizadoras, permitindo que essas profissionais não apenas sigam métodos predefinidos, mas também reflitam criticamente sobre suas ações, adaptando-as às realidades dos/as alfabetizados/as e ao ambiente em que atuam.

Dessa forma, as formações continuadas se fazem necessárias para favorecer uma alfabetização que possibilite aos homens e às mulheres que estudam na EPJAI a possibilidade de se reconhecerem como cidadãos/cidadãs e iniciarem essa caminhada na sociedade. Para conferir o que mencionamos, guiamo-nos à luz da matriz freiriana:

[...] foi exatamente porque nos tornamos capazes de dizer o mundo, de conhecer, de ensinar o aprendido e de aprender o ensinado, refazendo o aprendido, melhorando o ensinar. Foi exatamente porque nos tornamos capazes de dizer o mundo, na medida em que o transformávamos, em que o reinventávamos, que terminamos por nos tornar ensinantes e aprendizes (Freire, 2001, p. 19).

Para o autor, o ser alfabetizador/a se constrói nessa articulação essencial da pesquisa, dos questionamentos e da curiosidade epistemológica, em relação a si, aos espaços que ocupam, aos seus pares e, em especial aos/as alfabetizados/as, são esses instrumentos que possibilitam autonomia para as alfabetizadoras. Entretanto, percebemos que o foco do sistema de Caxias é o método instrumental e técnico de alfabetização, o que requer o controle contínuo dos “que fazeres” das alfabetizadoras.

Para nós, esse acompanhamento/controle sobre os fazeres das alfabetizadoras é dual, não negamos a necessidade de acompanhar pedagogicamente o trabalho de alfabetizar, pois certamente precisam desse diálogo para resolverem seus desafios e aprimorarem as suas práticas, no entanto, esse controle, disfarçado de assiduidade e acompanhamento, assume um caráter de vigilância sobre as determinações emitidas pelo sistema, o que reafirma o que já mencionamos sobre o interesse na padronização do trabalho docente.

As matrizes formativas resultantes das políticas neoliberais, fruto das ideologias ou visões de mundo que determinam os limites da aprendizagem e nesse caso, da alfabetização, assumem uma proposta de outras aprendizagens, que neutralizam os direitos dos/as alfabetizandos/as, nesta lógica essas concepções e ações passam a se infiltrar no âmbito escolar, penetrando-a vorazmente, materializando-se nas formações, para ter mais potência. Assim,

[...] os discursos e as propostas educacionais estabelecem controles cada vez mais rígidos sobre o processo de trabalho docente, na garantia de que a educação e seus agentes possam trabalhar para o mercado. E mesmo que o professor seja convocado a participar das decisões sobre a educação, sua participação já está determinada: deve restringir-se ao estudo da cognição, dos métodos e das didáticas que melhor ensinem as habilidades e as competências exigidas pela sociedade globalizada (Vieira, 2002, p. 125).

No entanto, apesar das forças que concorrem para que as alfabetizadoras sigam uma postura de obediência, entremeadas em seus posicionamentos encontramos manifestações de resistência à “*formação formatada*”, e que, apesar da luta pela sobrevivência e o controle do sistema, conseguem desenvolver “seus jeitos” de alfabetizar que destoam das exigências que emanam do sistema.

O depoimento de Tucum, que agrega o pensamento de mais 5 alfabetizadoras sobre o “jeito” de alfabetizar, ratifica o que observamos:

[...]Meu jeito de alfabetizar é emancipador, sempre busco despertar nos alunos algo que eles fiquem inquietos e curiosos com a sociedade, não apenas para ler e escrever, mas para eles terem um pensamento mais crítico (**TUCUM**, contratada, 6 anos de docência).

O posicionamento da alfabetizadora e das demais evidencia que, apesar de toda a arqueologia neoliberal que atravessa suas vidas, mexe com a sobrevivência e os vínculos de trabalho, ser alfabetizadora EPJAI é um ato de resistência, embora algumas delas não enxerguem a insubordinação de suas práticas. Segundo Freire

(1987), estão sob o fenômeno da consciência prescrita, enxergando a realidade a partir de uma visão fatalista, com mansidão, entendendo que não possuem força ou instrumentos para combater o modo unívoco de formação ao qual são encaminhadas.

No entanto, quando, no processo de alfabetização, tentam inserir as pessoas jovens, adultas e idosas no mundo letrado, buscando despertar autonomia e capacidade crítica para (re)lerem o mundo, essas abordagens também endossam uma resistência contra as motricidades hegemônicas. Em face disso, compreendemos que ser uma alfabetizadora de pessoas jovens, adultas e idosas é resistir contra o sistema e o imaginário coletivo que enxerga a modalidade como desnecessária e um fosso na legislação brasileira.

Em Freire (2013), refletimos que a luta dos/as alfabetizandos/as também deve ser íntima e corporificada pelas alfabetizadoras, pois todos/as, muito embora com diferenças de poder econômico e instrução, estão numa mesma seara de opressão. Dessa forma, a resistência das alfabetizadoras se materializa quando viabilizam esse coletivo no percurso de alfabetização, para que se entendam como sujeitos que contribuem para esse processo.

Assim sendo, compreendemos que, mesmo quando estamos (aqui, esta pesquisadora se coloca como) sob as más condições de trabalho, sob a égide do controle pedagógico, desenvolvemos um fazer alfabetizador que impulsiona os/as alfabetizandos/as a “serem mais”, a serem homens e mulheres que se descubram como cidadãos e iniciem esse exercício de forma consciente, pois, dessa forma, manifestamos o movimento de humanização e resistência, dado que humanizar é também deixar ser. Destarte, contribuir para que essas pessoas “sejam” e possam sonhar, já é o começo para a estruturação da humanização e da politização, portanto, início da resistência ao que está dado na sociedade em que vivemos.

Para não apagarmos as chamas, mas espalharmos as fagulhas

As formações continuadas desenvolvidas em Caxias-MA, sobretudo, nas escolas pesquisadas e para as alfabetizadoras participantes da pesquisa, carregam em suas normativas prescritas a perspectiva dialógica cunhada por Freire. No entanto, a operacionalização dessas formações caminha por uma perspectiva técnica e utilitarista, que não evidencia a escolarização, no caso a alfabetização como um

mecanismo que pode contribuir para a cidadania dos/as alfabetizandos/as, ao contrário a intenção é elevar os indicadores de escolarização do município.

Nesta perspectiva, reafirmamos que a Formação Continuada ofertada às alfabetizadoras de Caxias trilha pela linha do modelo epistemológico racionalista, que não dialoga com as alfabetizadoras sobre suas dificuldades, desafios e contribuições para o processo de alfabetizar, não fomentam reflexões sobre os modos de alfabetizar, tampouco põem em pauta conhecimentos que estejam relacionados ao contexto e às particularidades de exercício docente, ao contrário, o que se constatou foi uma rigorosa exigência sobre domínio do passo a passo de como alfabetizar.

A ausência de resistência a esse modelo de formação continuada revelada no discurso da maioria das entrevistadas se dá, sobretudo, pela necessidade primeira de sobrevivência, pois o município enfrenta desafios complexos sobre emprego, saúde e oferta de educação de qualidade, com o IDH de apenas 0,624, muito baixo, se considerarmos que a extensão territorial e o quantitativo populacional são um dos mais elevados do Maranhão.

Sob esse enfoque, entendemos a razão pela qual as alfabetizadoras precisam se submeter às condições precarizadas de trabalho e imposições institucionais, pois a realidade socioeconômica não favorece a estabilidade profissional, tampouco possibilidades de trabalho digno. No entanto, apesar de estarem situadas num contexto marcado pelas doutrinas neoliberais, que entremeiam seus “jeitos” de alfabetizar, essas educadoras apresentam posturas e abordagens pedagógicas que resistem ao movimento hegemônico de formação continuada determinado pelo sistema municipal.

Essa constatação remete a nossa própria trajetória escolar/profissional, hoje em um curso de pós-graduação *stricto sensu* e professor da educação básica, militante do EPJAI, trajetória inicialmente ingênua e sem perspectiva, mas, que muito me incomodava e me levou a tensionar a vida, o meu saber e me fez buscar respostas nas epistemologias que valorizam as diferenças e desafiam o pensamento hegemônico.

Em suma, os desafios e dilemas das participantes dessa pesquisa são também os nossos e de inúmeros trabalhadores/as da educação, pois passamos por situações de obediência e resistência todos os dias, hoje com uma compreensão mais elaborada acerca das conjunções de forças que forjam essa ordem para obedecer. Contudo,

carregamos conosco a certeza de que escolher o lado de desconstruir o paradigma hegemônico é trilhar o caminho de esperar em uma educação que nos coloca em pé de igualdade a todo ser humano, com direito a uma educação de qualidade social, capitaneada por uma formação continuada que acompanhe o processo de alfabetização, mas não cerceie a criatividade das alfabetizadoras.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 Brasil; [1977] 2016.

ARAÚJO, V. C. de; JANN, M. Contratação de professores: entre a burocracia e a indiferença. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 29, n. 3, 2018. DOI:10.32930/nuances.v29i3.5915. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5915>. Acesso em: 4 out. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Indaiatuba: Villa das Letras Editora, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Alfabetização – Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@:Caxias/MA**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/caxias/panorama>. Acesso em: 28 fev. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p.

1127-1144, set./dez. 2004 Disponível em:
<https://share.google/AIWHX5wv1vLwX6Ykn>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PORTELA, E. L. Formação de professores e EJA: percorrendo a trilha do bom senso. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3160>. Acesso em: 22 jun. 2026.

RAMALHO, Betânia. Leite.; NUÑES, Isauro. Betrán.; GAUTHIER Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: Sulina. 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

VIEIRA, Jarbas Santos. Política Educacional, Currículo e Controle Disciplinar (implicações sobre o trabalho docente e a identidade do professorado). **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.2, pp.111-136, jul./dez 2002. ISSN 1645-1384 (online). Disponível em:
<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6915/2/Erica%20Rodrigues%2023.pdf>. Acesso em: 15. ago. 2024.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Oséias Lima da Silva

Doutorando em Educação e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Prefeitura Municipal de São Luís – Brasil. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Membro do grupo de pesquisa “Escola, Currículo e Formação Docente”. Correio eletrônico: oseiasoncalves2015@gmail.com

Edinólia Lima Portela

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA) – Brasil. Membro do grupo de pesquisa “Escola, Currículo e Formação Docente”. Correio eletrônico: edinolia@yahoo.com.br

Recebido em: 10 de maio de 2026
Aprovado em: 25 de maio de 2026
Publicado em: 30 de junho de 2026

Como Citar

SILVA, Oséias Lima da; PORTELA, Edinólia Lima. Formação continuada na EPJAI em Caxias-MA: fagulhas entre obediência e resistência pedagógica . Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES), [S. l.], v. 7, n. 1, p. 22–40, 2026. DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19569. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/poliges/article/view/19569>. Acesso em: 2 jul. 2026.